



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA
CMSV**

Rua Delfim Moreira, 246, Salas 101 e 102

Centro, Varginha – MG CEP 37002-070

Fone: (35) 3690-2211

Website: www.conselhodesaudedevarginha.org



REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMSV – 16/02/2021

Ata da Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Varginha (MG), de Nº 385, realizada por videoconferência no aplicativo *Google Meet*, no dia 16 de fevereiro de 2021, com início às 18h33. **Conselheiros presentes e segmentos na saúde:** Alex Reis Ferreira (Trabalhadores), Aline Azevedo de Oliveira (Usuários), Brígida de Fátima Batista Gomes (Gestores), Carlos Ailton Martins da Silva (Gestores), Carlos Henrique Peloso Silva Júnior (Trabalhadores), Célio Ferreira (Trabalhadores), Aparecida I. Furtado de Oliveira (Usuários), Cláudio Miranda Souza (Usuários), Daniele Caroline Faria Moreira (Trabalhadores), Hudson Lebourg Vasconcelos Batista (Trabalhadores), Juviane Silva (Gestores), Leila da Silva Azevedo (Trabalhadores), Luiz Carlos Coelho (Gestores), Pamela Pereira Cândido (Gestores), Paulo Henrique Pazotti (Usuários), Talma Alves Ferreira (Usuários), Thaís Corcetti (Usuários), Valdene Rodrigues Amâncio (Trabalhadores) e Vinício Felipe Brasil Rocha (Gestores). **Faltas justificadas:** Fanny Fernandes Valias (Usuários) e Rogéria Alvarenga Fernandes (Usuários). **Convidados - Registra-se a presença:** Antônio Amorim de Carvalho (Central Única dos Trabalhadores/CUT e Sindicato dos Empregados em Telecomunicações/SINTTEL-MG), Christiane Navarra Frogeri Pimenta (Depto. de Psicologia da Universidade Federal de Alfenas/UNIFENAS e membro da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora/CISTT), Danielle Christine Gonçalves, Luana Alves de Oliveira (Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS), Nara Alvarenga Mendes (coordenadora da Vigilância Sanitária/VISA/SEMUS), Oscar Gabriel (SINTTEL-MG e CISTT) e Xamã Morais Domingos (agente fiscal/VISA/SEMUS). Inaugurados os trabalhos, primeiramente, o presidente Claudio Miranda dá as boas-vindas a todos e **inicia com os informes:** a conselheira e secretária Daniele, que estava de licença maternidade, retornou as atividades do Conselho e a partir dessa data reassume a lavratura das atas. Claudio aproveita para registrar o agradecimento público ao conselheiro Hudson por ter auxiliado com as atas durante a licença da conselheira Daniele. Informa-se ainda que foi solicitado à UPA (Unidade de Pronto Atendimento), conforme mencionado na reunião anterior, que enviassem novos representantes, considerando a saída das conselheiras Andrea e Rosana de seus cargos, ocorrendo a vacância dessas cadeiras no Conselho; sendo as entidades notificadas, foram indicados Pâmela, atual diretora da UPA e Carlos Ailton Martins, o Carlão, atual coordenador da Atenção Primária, como suplente. Já o Hospital Bom Pastor, em relação à questão da representação no Colegiado, também citada na reunião anterior, pediu prazo até março, para decidir sobre o pleito que tornaria a conselheira Brígida titular pela entidade. Claudio informa também que o CMSV possui cadeira no Comitê Gestor da Rede de Urgência e Emergência, sendo o presidente nomeado como representante, e nesse sentido já informa que assumirá a representação na primeira reunião que ocorrerá no dia 24/02/2021. Outro ponto é que desde abril de 2020, o presidente Claudio tinha um espaço de fala sobre o cenário e ações da Covid-19 no município de Varginha, na então rádio Vanguarda; contudo, a rádio foi franqueada para outra rede de rádios - Rede Clube Brasil, que encerrou as atividades de jornalismo e por isso o espaço de fala do Conselho foi perdida. Claudio aproveita para agradecer a Rodolfo de Souza por ter conseguido esse espaço tão importante para atuação do Conselho durante a pandemia; reforça que os áudios do secretário de saúde são essenciais para auxiliar no esclarecimento da população sobre o cenário da Covid-19 no município e também dar pauta à mídia. Além desses, o papel do

conselheiro Vinício, que sempre está participando do jornal da EPTV, também tem participado ativamente no papel de esclarecer a população com informações de qualidade sobre a pandemia e o cenário epidemiológico. Cláudio destaca que é papel de todo conselheiro atuar para trazer informações corretas e esclarecer a população sobre os cuidados com a pandemia. Chama a atenção que já ocorreu de verificar em grupos do aplicativo *WhatsApp* que alguns conselheiros compartilham informações distorcidas sobre as ações da Covid-19, que acabam se tornando *fake news* e que é importante procurarem o Conselho em busca de esclarecimento; e que é possível, inclusive, pedir pauta na reunião para isso. O presidente exorta a todos sobre as responsabilidades dos conselheiros e cidadãos em defender o Sistema Único de Saúde (SUS), se informando de maneira adequada e usar o espaço do Conselho para questionamento. Claudio lembra que o CMSV possui pautas obrigatórias em seu calendário de reuniões como a votação do Plano Municipal de Saúde até 31/08; da Programação Anual de Saúde até 15/04 e do RAG (Relatório Anual de Gestão) até 30/03. Salaria que o relatório quadrimestral de contas já foi encaminhado, na data correta pela SEMUS e já foram direcionados aos conselheiros para análise, e que os questionamentos sobre o mesmo devem ser encaminhados via e-mail. **É dada a palavra ao conselheiro Célio sobre os informes da CISTT.** O conselheiro inicialmente solicita que o presidente encaminhe aos demais conselheiros as pautas obrigatórias mencionadas anteriormente e lembra da sua proposição de retomar a Comissão de Contas. Cláudio comenta que a ideia é essencial, mas que a pandemia prejudicou, pois, a ideia seria fazer uma composição semelhante à CISTT, mas que seria importante pensar em órgãos que poderiam contribuir. Sobre a CISTT, Célio informa que a respeito do ofício 02/2021, que fala sobre a recomposição das vagas de suplente e titular do conselho na CISTT, mencionados na reunião anterior, que eram duas vagas, porém foi indicado apenas 01 nome. Claudio abre para que algum conselheiro se voluntarie, porém dentre os presentes nenhum conselheiro tinha disponibilidade, ficando a decisão para momento posterior. Célio faz uma solicitação para que seja pedido na SEMUS o aumento da velocidade da internet do Conselho, que tem se mostrado insuficiente para o cenário atual de reuniões on-line. Claudio informa que Edson - servidor administrativo do CMSV, já havia verificado à questão, mas que a internet do Conselho (Velox) é do plano corporativo da Prefeitura de Varginha com a Oi-Telemar. Assim, a migração para o serviço de fibra ótica - que já está sendo feita, deve ocorrer junto com o resto dos serviços utilizados pela prefeitura e a mudança deverá ocorrer em breve, naturalmente. Célio fala também que a CISTT deu prosseguimento com o plano de ações da Comissão Especial para enfrentamento da Covid-19, juntamente com a autoridade sanitária - Karolina Vitorelli, para setores considerados mais críticos como, armazéns de café, construção civil, clínicas de medicina do trabalho, bancos e setor de educação. Informa também que no dia 18/02 está agendada uma reunião com todas as escolas para se falar sobre o plano de ações e pede auxílio do secretário de saúde para fazer uma interlocução com a secretária municipal de Educação (Sra. Gleicione Aparecida Dias Bagne de Souza). Dr Luiz Carlos informa que já está participando da organização dessa reunião com Karolina e que buscará a interlocução. **Seguindo à ordem do dia: Apresentação e discussão sobre as ações de fiscalização sobre a Covid-19,** pela coordenadora da Vigilância Sanitária Municipal, Nara Alvarenga. A apresentação foi solicitada pela Comissão Executiva, que encaminhou questões que seriam relevantes a serem apresentadas ao Colegiado Pleno. Nara dá destaque para as denúncias do *Disk-Covid*. Nara explica que existem também outros órgãos fiscalizadores atuantes nesse cenário, a saber: Setor de Posturas, Procon, Secretaria de Planejamento (que possuem fiscais), além do apoio da Guarda Civil Municipal (GCM) e da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), para promover a segurança dos fiscais. Nara inicia explicando como funciona o processo administrativo no âmbito da Vigilância Sanitária quando uma empresa é autuada pela VISA, detalhando todo o caminho processual e seus prazos. Os números mostram que cerca de 50% dos autos de infração tem recurso administrativo dos autuados e que isso impacta na dedicação de tempo e de recursos humanos para analisar e julgar os processos e na

percepção de resolutividade. O conselheiro Célio questiona se seria pertinente uma parceria com a Procuradoria do Município, para auxiliar com os processos, visto que o auxílio de um advogado pode ser interessante nesse cenário. Nara explica que o código do município coloca que a primeira instância dos processos da VISA é julgada pelo secretário de saúde ou de uma comissão delegada por ele - que é o que ocorre hoje e a segunda instância, o prefeito municipal; que a procuradoria já auxilia sempre que necessário a respeito de dúvidas processuais. Nara também apresenta os números de ações desde o início da pandemia, sendo aproximadamente 3.128 ações, incluindo as ações educativas, autos de infrações e interdições. Nara lembra que as ações de rotina de Vigilância Sanitária não foram interrompidas durante o período e destaca todo empenho da equipe da VISA, que tem trabalhado além dos esforços, inclusive com plantões noturnos e em finais de semana. Aberto espaço para perguntas, o conselheiro Hudson questiona sobre o âmbito das ações da Vigilância Sanitária - se ela fiscaliza setores públicos ou apenas privados, pois o mesmo, atuando na Comissão de Acidentes de Trabalho (CIPA), destaca a estrutura da SEMUS e de algumas unidades de saúde que são questionáveis. Nara explica que a fiscalização ocorre em todos os setores e outros conselheiros complementam com exemplos da ação da vigilância sobre a fiscalização dos órgãos públicos, como o próprio Conselho de Saúde e a FHOMUV (Fundação Hospitalar do Município de Varginha). Xamã - coordenador de equipes da Vigilância Sanitária complementa a orientação, indicando ao conselheiro Hudson, que é importante também observar o código de obras habitacional e o não habitacional (Lei 3068/1998), cujo cumprimento é a cargo da Secretaria de Planejamento e fiscais de obras, conforme artigos 86/88, que poderiam orientar para sanar as dúvidas referentes a estrutura física das unidades de saúde, como banheiros. Nara informa ainda que, em caso de solicitação - que pode ser feita, por telefone e via ordem de serviço, podem fiscalizar instituições de interesse sanitário, mas que isso pode demorar pelo excesso de serviço, acarretado pela pandemia, todavia, todos os questionamentos são atendidos. Os conselheiros elogiam e agradecem o trabalho da Nara e da equipe da Vigilância Sanitária por todo empenho nas ações de controle da Covid-19 no município. Dr. Luiz Carlos Coelho, secretário municipal de saúde toma a palavra e fala sobre o cenário das ações da Covid-19 no município e sobre o cenário epidemiológico atual. Cláudio questiona como tem sido as ações da lei das máscaras. Nara diz que há *blitz* com setor de posturas e Guarda Civil Municipal, que acompanha focada em denúncias de aglomeração, notadamente no período noturno, junto a estabelecimentos. Isso foi decidido, a fim de otimizar a equipe de fiscais, que são apenas 15, sendo que, durante a semana, a GCM ficaria com autuações pontuais e que as blitzes tem sido duas por semana; que a GCM tem sido fundamental, para garantir a segurança dos fiscais, ante a insurgência das pessoas com o uso da máscara, sendo que a maioria das 13 autuações, realizadas até o dia 14/02, foram feitas pelas blitzes. Nara lembra que o Setor de Posturas também autuam e que essas ações influenciam, por exemplo, na pouca infração a bancos, apesar das ações vistas e comentadas. Cláudio coloca o impacto do setor de alimentação na transmissão da Covid-18, notadamente, os bares, o que acaba por penitenciar os restaurantes, mas que é possível ver que ações pontuais são essenciais para o controle da pandemia, e rememora que a Comissão Executiva encaminhou à VISA, ofício também discutindo nós críticos nos processos de fiscalização, notadamente na fiscalização de pessoas físicas e de residências, propondo soluções jurídicas sobre a matéria. Nara diz que estão fazendo o que é possível no tocante a pessoas e residências e tentam obter apoio da Polícia Militar de Minas Gerais. Juviane pergunta sobre a restrição dos clubes se foi só por denúncia. Nara coloca que é local sujeito à vigilância e houve atuação preventiva também. Cláudio e Luiz Carlos saúdam os trabalhos da VISA, em um período de tamanha adversidade. Em seguida prosseguiu-se para o próximo ponto de pauta, a **Apresentação, discussão e deliberação sobre a vacinação da Covid-19.**

Luiz Carlos faz uma introdução. Comenta sobre o plano de imunização, sobre a formação de equipe de imunização; coloca que foi contratado um médico como referência para casos adversos na vacinação, além de quatro outros técnicos, de outras profissões, para cuidar da vacinação.

Que 4.521 pessoas já aguardam a segunda dose. A meta inicial era de vacinar mais 400 idosos, nos primeiros grupos. Luiz Carlos coloca que encaminhará por e-mail as normas que regulam o plano de imunização. Coloca da dificuldade da adesão popular à vacinação, com notícias sobre eventos adversos; que as áreas administrativas - enquanto trabalhadores, também são considerados como grupo prioritário. Que é difícil estabelecer um calendário, por conta do Ministério da Saúde, que não deixa claro os critérios de vacinação. Sendo que, até este momento, foram encaminhadas 03 remessas, que totalizaram 6.100 doses e que já contemplam a segunda dose. Brígida questiona sobre efeitos adversos - se serão testados, em caso de sintomas gripais. Luiz Carlos verifica que não se espera infecção respiratória, mas que tem havido notificações e que a testagem é a critério do médico. Mas pode ocorrer casos de pessoas vacinadas serem pré-sintomáticas ou estarem com outra síndrome gripal. Então, é importante separar evento adverso de sintoma gripal. Até porque é importante ressaltar o tempo entre as duas doses fazerem efeito para a imunização - um período de duas semanas. E que isso pode gerar desinformação. **Após, passa a palavra à enfermeira Luana Alves De Oliveira, que teve sua conexão reestabelecida, e que fará a apresentação. Enquanto referência técnica, ela apresenta os dados de imunização para a Covid-19,** informando a quantidade de doses recebidas, públicos que já foram imunizados e a quantidade de doses aplicadas. Apresentou o boletim diário com a vacinação aplicada, com atenção às deliberações estaduais 3314 e 3319, bem como o cronograma de distribuição de vacinas municipal, construído a partir disso, com os grupos prioritários. Aberto espaço para perguntas, o conselheiro Vinício parabeniza Luana, Maristela e o Dr. Luiz Carlos pelo excelente trabalho frente às imunizações. Luciana pergunta sobre os enfermeiros da rede privada que não foram vacinados, porque não estavam na lista, e que é possível haver uma repescagem, como cuidadores de idosos, mas que é necessário haver imunizante. O presidente Claudio questiona como seria identificado os cuidadores de idosos para serem vacinados. Dr. Luiz Carlos explica que muitos desses profissionais possuem registro profissional e também existem associações da categoria, como forma de acessar esses grupos. Aproveita para explicar de onde surgem os quantitativos de profissionais para dimensionar e planejar a aplicação das vacinas, mostrando que existe um número muito maior de profissionais do que o dimensionado pelo Governo Estadual, pois eles consideram apenas o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e existem profissionais de saúde que não foram considerados, como os auxiliares de Saúde Bucal. Foi informado que os profissionais de limpeza da linha de frente foram vacinados. Claudio questiona também qual o critério usado para selecionar os profissionais da saúde/linha de frente que receberiam a vacina, uma vez que foi aberto para que profissionais da rede particular se vacinassem e nesse contexto foram vacinadas pessoas que não estavam atuando na área e deixaram de serem vacinados profissionais, como, motoristas do Hospital Bom Pastor, por exemplo. Luana explica que os únicos vacinados da rede privada neste contexto são os condutores socorristas, que possuem contato direto com as pessoas; ainda que seja difícil, foi necessário estabelecer critérios; o mesmo critério foi o que garantiu a vacinação dos motoristas do TFD (Tratamento Fora de Domicílio), que não tem equipe de saúde e que acompanham usuários e com eles tem contato direto. Diferente dos motoristas do hospital, que transportam usuários, mas sem contato direto e com suporte de equipe, o mesmo valendo para motorista da Atenção Básica, ainda não vacinados. Ainda que todos sejam prioritários como trabalhadores de equipe, o mais ideal seria a vacinação irrestrita, mas no contexto atual, é preciso estabelecer uma forma de aplicação de vacinas, e que não há critério perfeito. Após, foi questionado se garis seriam vacinados. Foi informado que são grupo prioritários, enquanto caminhoneiros, de acordo com a nota técnica do Ministério da Saúde. Luiz Carlos informa que ainda faltam 35% dos trabalhadores

de saúde para serem vacinados. E que a prioridade neste momento é pegar os idosos, antes de seguir por esses outros trabalhadores. E o que se considera profissionais de saúde, foi feito com os critérios das deliberações citadas anteriormente, mesmo que possa haver questionamentos éticos dentro das categorias profissionais, como profissionais que tem registro como técnico, entre as carreiras consideradas como de trabalhadores de saúde, mas que não exerçam a atividade, como mencionado durante os questionamentos, mas foi um critério formal, a fim de evitar favorecimentos e discussões sobre isonomia. E lembra, por exemplo, que auxiliares de dentistas, ainda que tenham contato com pacientes, tem menos que dentistas. A partir disso, Luiz Carlos comenta casos que geraram controvérsia nesse período. Por exemplo: um motorista socorrista que estava em uma rede social como motorista da Autotrans, apesar de não ter mais vínculos com aquela empresa e que gerou questionamentos. Da mesma forma, lembrou da engenheira que é fiscal da Vigilância Sanitária, que foi vacinada e ue também gerou questionamento. Por outro lado, foi necessário comunicar à polícia caso de pessoas que tentaram furar a estratificação das prioridades. Foi observado pela conselheira Valdene o risco de questionamento efetuado em rede social, de casos de perda de doses no caso dos frascos da Astrazeneca, que são multidoses, que rendem 10 doses ao todo, e que haveria perdas. Luiz Carlos explicou que na primeira remessa de vacinas só vieram mono doses, da Coronovac. Na segunda remessa, vieram frascos multidoses e mono-doses. E esses frascos de muitas doses, se abertos, precisam ser consumidos em até oito horas. E se estiver perto do encerramento da vacinação, não há a abertura de frascos; se faz contato de mais usuários cadastrados, por exemplo: se há 7 na fila, se buscará mais 3, e se estes não vierem, os 7 serão mandados para casa. Na deliberação da Comissão Intergestores Bipartite (estado e municípios) se coloca que não se deve haver descarte de doses, se aplicando em pessoas próximas, mas que, devido ao ponto de vacinação na cidade, o INPREV (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais), se opta por tentar convidar pessoas cadastradas no grupo prioritário para a vacinação. E que não houve um frasco de dez doses perdido, sequer. E que no Rio de Janeiro houve perda, de fato. Inclusive, que os frascos multidoses, chegam a render onze doses; que tem possibilitado mais aplicações. Após isso, houve saudações às apresentações. Cláudio falou que verificará com Luiz Carlos a pauta de março, diante da necessidade de votar o Relatório Anual de Gestão (RAG). A reunião foi encerrada as 21h58 e o presidente Cláudio agradece a participação de todos e, eu Daniele Moreira, na função de secretária, lavrei esta ata que será assinada por todos, após lida e aprovada.